

O corregedor nacional de Justiça, ministro João Otávio de Noronha, determinou a abertura de procedimento para apurar as condutas dos Desembargadores Rogério Favreto e João Pedro Gebran Neto, ambos do TRF-4, e do Juiz Sérgio Moro, em relação ao episódio do Habeas Corpus concedido ao ex-presidente Lula e posteriores manifestações que resultaram na manutenção da prisão, no último domingo (8).

## Presidente do STJ: decisão de plantonista causa 'intolerável insegurança jurídica'

A presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Laurita Vaz, deu uma resposta ao conflito jurídico instaurado no último domingo dentro do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) e decidiu que o desembargador Rogério Favreto, que concedeu um pedido de liberdade a Lula, não é competente para julgar o caso do ex-presidente.

O entendimento foi firmado em decisão que negou um habeas corpus contra a determinação do presidente do TRF-4, Thompson Flores, que cassou a concessão de liberdade do petista. O pedido ao STJ foi apresentado por um advogado de fora da defesa de

Lula, e também requer a soltura do petista. No despacho, Laurita é enfática e crítica em torno do imbróglio jurídico gerado pela atuação de Favreto durante o plantão, chamando a situação de "tumulto processual sem precedentes na história do direito brasileiro".

Para ela, a decisão do plantonista causa "perplexidade e intolerável insegurança jurídica", e foi tomada por alguém "manifestamente incompetente, em situação precária de Plantão judiciário". Ao concordar com a movimentação do juiz Sergio Moro e do relator da Lava Jato no TRF-4, João Pedro Gebran Neto, Laurita afirma que a determinação de Favreto "forçou" a

reabertura de discussão encerrada em instâncias superiores, "por meio de insustentável premissa".

Ela recorda que o caso de Lula já passou pelo TRF-4, que determinou a prisão do petista, e também já foi analisado pelas Cortes Superiores. Em março, a Quinta turma do STJ rejeitou por unanimidade um habeas corpus do petista. A vez do STF foi abril, quando o plenário negou por seis votos a cinco um pedido preventivo de liberdade de Lula.

Laurita faz observações sobre o tumulto gerado no último domingo e recorda que o plantonista "insistiu em manter sua decisão", proferindo outras decisões e "aumentando o tom", ameaçando o Juízo Federal de



Laurita é enfática e crítica o imbróglio jurídico gerado pela atuação de Favreto, chamando a situação de "tumulto processual sem precedentes na história do direito brasileiro".

primeiro grau - pediu a provocação da Corregedoria da Corte Regional e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) - e a Polícia Federal.

"Diante dessa esdrúxula situação processual, coube ao Juízo Federal de primeira instância, com oportuna pre-

caução, consultar o Presidente do seu Tribunal se cumpriria a anterior ordem de prisão ou se acataria a superveniente decisão teratológica de soltura", diz Laurita em sua decisão. "E, evidentemente, a controvérsia, àquela altura - em pleno domingo, mexendo com paixões par-

tidárias e políticas - ganhou vulto", assinala a presidente da Corte Superior. Laurita ainda destaca que a atuação do presidente do TRF-4, ao cassar a soltura e resolver o conflito de competência entre Gebran e Favreto, foi "absolutamente necessária" (AE).

## Ministro do Trabalho sinaliza que pode fazer 'limpa' na pasta

Brasília - Após tomar posse no Ministério do Trabalho, o novo titular da área, Caio Vieira de Mello, sinalizou que pode fazer uma "limpa" na pasta. "A senhora não faria?", reagiu, ao ser perguntado sobre possível realização de mudanças nos cargos depois das investigações que são realizadas pela Polícia Federal (PF) para averiguar irregularidades na pasta.

"O que for necessário será feito", declarou o ministro, acrescentando que vai "fazer exame apurado de todas as situações", "inclusive das concessões" de registros sindicais. Ressalvando sempre que era "mineiro" e que não conhecia como o órgão está funcionando, Vieira de Mello comentou: "Mineiro é sempre precavido, e eu, como bom mineiro, vou examinar bem a situação e as medidas serão tomadas, podem ter certeza, com transparência. Nada será oculto".



Novo ministro do Trabalho, Caio Luiz de Almeida Vieira de Mello.

Diante da insistência dos repórteres sobre se considerava partidária a nomeação de um ministro em um erro, o ministro reagiu: "Não conheço o ministério, mas

o Ministério do Trabalho tem de ser um ministério extremamente técnico, tem de funcionar". Sobre a reforma trabalhista, o novo ministro também foi cauteloso, mas reconheceu que "se houver necessidade, haverá mudança também". Para ele, "alteração de legislação é uma coisa normal, a adaptação vai se fazendo pela jurisprudência e o tempo vai mostrando a vantagem ou desvantagem".

E, depois de dizer que não vê "nada de mais na reforma feita", emendou que, "se houver necessidade, haverá mudança também". Questionado se achava que havia necessidade neste momento de mudanças na legislação, o ministro declarou: "Não vejo nenhuma necessidade no momento. Eu acho até muito precário a gente emitir uma opinião a respeito da nova legislação se você não tem um resultado e uma aplicação efetiva dela" (AE).

## Senado aprova projeto sobre proteção de dados pessoais

O plenário do Senado aprovou ontem (10) o projeto que disciplina a proteção dos dados pessoais e define as situações em que estes podem ser coletados e tratados tanto por empresas quanto pelo Poder Público. O texto foi aprovado nos termos do conteúdo votado na Câmara no fim de maio. Com isso, o Brasil se junta a diversos países do mundo, que já possuem legislação sobre o tema. O projeto agora vai a sanção do presidente Michel Temer.

O texto disciplina a forma como as informações são coletadas e tratadas, especialmente em meios digitais, como dados pessoais de cadastro ou até mesmo textos e fotos publicadas em redes sociais. A proposta foi mantida na semana passada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), mantendo o conteúdo da Câmara e indicando regime de urgência para votação na casa. A urgência foi



Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), relator do projeto.

apresentada em plenário, mas não chegou a ser apreciada.

O senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), relator do projeto, destacou que a regulação do tema já é uma realidade no resto do mundo. "Mais de 100 países já colocaram de pé leis

e diretrizes de proteção de dados no ambiente da internet. A internet não pode ser ambiente sem regras. A privacidade é um valor civilizatório", salientou. O senador Eduardo Braga (MDB-AM), nomeado relator em plenário, defendeu a importância da proposta. "Dados trafegam pelas redes e sem consentimento acabam sendo comercializados, em contraposição aos preceitos constitucionais, que garantem o direito à vida privada", comentou.

"Todas as entidades, sem nenhuma exceção, foram participantes na construção do projeto de lei e estamos votando algo que é uma unanimidade", afirmou a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). "Estamos vivendo a revolução das redes sociais. Agora vamos ter marco regulatório que permite que cidadão possa acionar aqueles que fizeram mau uso de seus dados", acrescentou o senador Jorge Viana (PT-AC) (ABR).

## Alerta para risco de projeto que pode criar 300 cidades

Brasília - A equipe econômica disparou nos últimos dias alertas a lideranças políticas no Congresso Nacional para barrar a aprovação do projeto que abre caminho para a criação de 300 municípios. Faltando três meses para as eleições, o projeto de 2015 entrou na pauta de votação de hoje (11), na Câmara, em regime de urgência. A área econômica vê risco no desmembramento dos municípios para as contas públicas.

A avaliação é de que a facilitação da criação de novos municípios aumenta os gastos com a duplicação de funções das prefeituras sem a compensação de novas receitas para bancar o custo adicional. Além disso, pode levar à criação de prefeituras sem capacidade financeira, aumentando a dependência de recursos dos governos federais e estaduais.

O pedido de urgência desse projeto foi aprovado em maio com grande apoio dos parlamentares em meio ao avanço das negociações políticas para as eleições de outubro. Na esfera política, mais municípios significam a ampliação da influência



O projeto é de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

regional com o aumento de número de vereadores. O projeto, de 2015, é de autoria do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e já foi aprovado no Senado. Procurado, o relator do projeto, deputado Carlos Gaguim (DEM-TO), não quis falar sobre o projeto.

Relatório da Instituição Fiscal Independente (IFI) mostra que os municípios arrecadaram 2,1% do PIB em 2017. Mas com as transferências feitas pelo governo federal e Estados, as receitas disponíveis para as prefeituras mais que triplicaram para 6,6% do PIB. Em 2002, a receita disponível era de 5,7% do PIB (AE).

## BNDES: eleições reduzem demanda por recursos

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) trabalha com a perspectiva de que haverá redução da demanda por recursos da instituição neste segundo semestre do ano em razão das eleições. A declaração é do presidente do banco, Dyogo Oliveira, em visita ontem (10) ao Museu de Arte do Rio (Mar), acompanhado do ministro de Minas e Energia, Moreira Franco.

Para ele "é evidente" que, com a proximidade do período eleitoral, "se espere que haja uma retração por parte das empresas, uma vez que essas decisões de investimentos dependem do cenário político do país, e com a proximidade [das eleições] nós esperamos que haja uma retração das empresas na apresentação de novas propostas [demandando crédito] junto ao Banco".

"De todo modo, nós estamos acelerando fortemente o processo interno no BNDES e isto vai desaguar em um volume de aprovações e de contratações que nós esperamos que possa ser positivo no ano". Oliveira



Presidente do BNDES, Dyogo Oliveira.

informou que, até junho, a instituição registrou um crescimento de cerca de 5% nas consultas e enquadramentos, "que são a porta de entrada para as demandas [por crédito] junto ao banco, em comparação ao primeiro semestre do ano passado".

Na sua avaliação, a desaceleração do crescimento é também um importante fator que impacta a demanda por recursos junto ao banco, "até porque em um cenário de menor atividade [econômica] as empresas acabam também retraindo os seus investimentos". Para ele o cenário "deve perdurar até o final do ano" (ABR).

## Câmara do Rio analisa impeachment de Crivella

A Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro fará, amanhã (12), sessão extraordinária para analisar dois pedidos de impeachment do prefeito Marcelo Crivella. Segundo o vereador Reimont (PT), em reunião com o presidente da casa, Jorge Felipe (MDB), nove vereadores pediram a suspensão do receso, mas Felipe recomendou que se buscassem as assinaturas necessárias (um terço dos vereadores) para que a decisão não fosse discricionária. Autor de um dos pedidos, o vereador Átila Nunes (MDB) disse que há divergências de entendimento sobre o trâmite de um possível processo de impeachment.

O entendimento predominante é que a decisão sobre o início do processo cabe ao presidente da Casa. "Há um entendimento, pelas consultas realizadas, de que, quando o presidente da Casa faz a leitura, não necessariamente está dando início ao processo. Consultar como? O entendimento é que isso é discricionário, cabe ao presidente aceitar, ou não". Átila Nunes acrescentou que há advogados e outros vereadores discutindo isso.



Prefeito do Rio, Marcelo Crivella, denunciado por improbidade.

O vereador lembrou que o presidente da Câmara é o primeiro na linha sucessória do prefeito, já que a cidade está sem vice-prefeito desde o falecimento de Fernando Mac Dowell, em maio, e que, por isso, pode haver conflito de interesse no impeachment de Crivella. Segundo Reimont, o presidente da Câmara deve colocar os pedidos de impeachment para apreciação dos vereadores e colocar o processo em votação. "Caso dois terços dos vereadores votem pela admissibilidade do processo, ou seja, 34 vereadores, o caso terá andamento", explicou (ABR).

### BOLSAS

O Ibovespa: -0,2% Pontos: 74.862,38 Máxima de +1,18% : 75.895 pontos Mínima de -0,77% : 74.431 pontos Volume: 10,94 bilhões Variação em 2018: -2,02% Variação no mês: 2,89% Dow Jones: +0,58% Pontos: 24.919,66 Nasdaq: +0,04% Pontos: 7.759,20 Ibovespa

Futuro: -0,39% Pontos: 75.300 Máxima (pontos): 76.190 Mínima (pontos): 74.725 Global 40 Cotação: 744,853 centavos de dólar Variação: +1,96%.

### CÂMBIO

Dólar comercial no balcão Compra: R\$ 3,8024 Venda: R\$ 3,8029 Variação: -1,71% - Dólar Paralelo Compra: R\$ 3,88 Venda: R\$ 3,98 Variação: -1,81% - Dólar Ptax Compra: R\$ 3,8446 Venda: R\$ 3,8452 Variação: -0,62% - Dólar Turismo Compra: R\$ 3,7700 Venda: R\$ 3,9400 Variação: -1,75% - Dólar Futuro (agosto)

Cotação: R\$ 3,8095 Variação: -1,65% - Euro (17h40) Compra: US\$ 1,1747 Venda: US\$ 1,1748 Variação: 0% - Euro comercial Compra: R\$ 4,4640 Venda: R\$ 4,4660 Variação: -1,73% - Euro turismo Compra: R\$ 4,4300 Venda: R\$ 4,6330 Variação: -1,91%.

### JUROS

CDB prefixado de 30 dias, 6,43% ao ano. - Capital de giro, 8,82% ao ano. - Hot money, 1,08% ao mês. - CDI, 6,39% ao ano. - Over a 6,40%.

### OURO

Ouro Cotação: US\$ 1.255,40 a onça-troy (1 onça-troy equivale a 31,1035 gramas) Variação: -0,73% - Ouro BM&F (à vista) Cotação: 153,500 Variação: +0,33%.

"Deus come escondido, e o Diabo sai por toda a parte lambendo o prato".

Guimarães Rosa (1908/1967)  
Escritor brasileiro